

13/7/1986

Tiro que matou menina em Leme foi disparado à queima-roupa

São Paulo — O tiro que matou a empregada doméstica Cibele Aparecida Manoel, de 17 anos, foi dado à queima-roupa e a cerca de 100 metros do local onde se encontrava o ônibus com bóias-frias, cuja interceptação pelos grevistas de Leme, apoiados por parlamentares do PT que usavam um Opala da Assembleia Legislativa, gerou o confronto com a tropa de choque da PM. As condições em que ocorreu esse disparo são o ponto mais intrigante do inquérito, revelou ontem o delegado seccional de Rio Claro, José Tejero. Ele procura agora por testemunhas que estavam próximas a Cibele, para identificar o atirador.

Cibele — que estava num ponto de ônibus, a caminho do trabalho — foi atingida na axila esquerda por alguém situado a cerca de um metro, informou o delegado José Tejero, encarregado da condução do inquérito. A bala, de calibre 38, perfurou o seu corpo numa trajetória perpendicular, entrando pela frente e deixando-a chamuscada. Segundo Tejero, "tudo indica que ela tenha se assustado e levantado os braços no momento do tiro".

Próxima ao ponto de ônibus onde a doméstica levou o tiro, a casa de um policial foi invadida horas depois do incidente por cinco elementos armados de faca. O delegado não ligou essa invasão a uma possível suspeita sobre o soldado. Os atacantes ainda não foram identificados.

Calibre 38

O trabalhador rural Orlando Correia, de 22 anos, a segunda vítima fatal do conflito, também foi morto por uma arma de calibre 35, de fabricação nacional. A bala o atingiu no tórax e foi localizada pelos legistas em suas vísceras.

A Polícia Militar usa revólveres 38, que são livremente comercializados no país. Foram encontrados sinais de projéteis numa janela do lado esquerdo do ônibus que transportava os bóias-frias (dois disparos que não perfuraram o vidro, mas que provavelmente também saíram de armas 38, segundo Tejero) e na altura do radiador do veículo (uma marca produzida com bala do mesmo calibre). Nenhuma arma de fogo, porém, foi apreendida em poder dos trabalhadores rurais ou dos parlamentares do PT que os apoiavam, nem localizada na área do conflito.

— Quem quer que tenha dado tiros, além dos policiais, livrou-se da arma. Não foi tarefa de amadores, mas de profissionais — explicou o delegado.

Sem Armas

O deputado federal José Genoíno, do PT, não usava um coldre quando foi detido, segundo o delegado Tejero, desmentindo uma versão divulgada sexta-feira pela Polícia Militar. O deputado — que participou da guerrilha no Araguaia, no início dos anos 70, como militante do PC do B, e, ainda conforme o relato da PM, teria sido visto atirando no confronto em Leme — não passou pelo exame residuográfico que determinaria se havia usado ou não uma arma no conflito porque não houve tempo. "Esse tipo de exame só poderia ser feito logo depois do tiroteio, antes que ele lavasse as mãos", afirmou Tejero.

O motorista do ônibus, Orlando de Souza, negou ontem seu depoimento à polícia, no qual afirmava que tiros partiram do Opala dos parlamentares do PT. "Eu não vi se alguém do Opala atirou e nem disse isso. Se lá (no depoimento) diz isso, está errado", observou ele.

Em seu depoimento, ele afirma que o ônibus dirigido por ele foi apedrejado no cruzamento da linha férrea com a Avenida Raposo Tavares. "O pessoal deitou dentro do ônibus", diz o depoimento, continuando mais à frente: "Quando começou o apedrejamento, surgiu um opala azul, chapa não identificada, que ultrapassou o ônibus pela esquerda e no momento da ultrapassagem foi disparado o tiro que atingiu o vidro lateral e o da frente." No depoimento ele admite que ainda estava escuro na hora do acidente. Agora, contudo, desmentiu suas declarações na polícia.

Inquéritos

O inquérito, aberto pela Polícia Civil em Leme, será acompanhado pelo promotor Francisco Viotti Bernardes, de Santa Rita do Passa Quatro, transferindo-se após os primeiros interrogatórios para a delegacia seccional de Rio Claro.

A Polícia Militar realizará simultaneamente um inquérito para apurar as responsabilidades no caso, investigação que deverá ser centralizada no Comando Regional de Campinas.

A Polícia Federal mantém uma equipe de agentes na região e informa de cada passo da investigação ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, e ao SNI. O diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, passou o dia de ontem em São Paulo e transmitiu pessoalmente para Brasília os relatórios encaminhados pelos agentes de Leme.

(Página 18)